



O Ideário Patrimonial

Património entre Patrimónios



**O Ideário
Patrimonial**

www.cph.ipt.pt

N. 6 // julho 2016 // Instituto Politécnico de Tomar

DIRETORA-EDITORA

Ana Pinto da Cruz, Centro de Pré-História

DIRECTORES-ADJUNTOS

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar
Professor Especialista Fernando Salvador Sanchez, Instituto Politécnico de Tomar
Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa
CIEBA

CONSELHO CIENTÍFICO

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro
Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora
Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Professor Doutor Fabio Negrino, Università degli Studi di Genova
Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar e Diretora do ESTAJornal
Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem
Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO

Centro de Pré-História, Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN 2183-1394

ANOTADA NA ERC

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores

Índice

EDITORIAL	06
Strategie e paradigmi in antropologia cognitiva: un protocollo di studio Massimo Squillacciotti	07
La nostalgie et les choses Biographie culturelle d'une poupée lenci (Sienne, Italie) Pietro Meloni	25
Spazio, Azione e Comportamento Anna Luana Tallarita.....	38
Património Cultural - Reflexão sobre o conceito, aspectos técnicos e teóricos Diana Carvalho	57
O Legado do Património Visual Vianense: Cartaz Romaria de Nossa Senhora da Agonia Marlene Isabel Miranda De Azevedo	75
O Conceito de Paisagem Cultural e os novos desafios de Conservação do Património: Contributo para o debate em Portugal e no Brasil Lauro César Figueiredo e Desidério Batista	85
La Divulgación Científica en Contextos Urbanos: El Papel de las Asociaciones como Medio de Transmisión de las Actividades y el Conocimiento Juan F. Gibaja, Santiago Higuera, Nuria Borrut, Antoni Palomo	105
Reflexos da Arqueologia Urbana em Estremoz no Património e na Escola Ana Catarina Basílio	124
Senhores Judeus de Engenho, Lavras e Partidos de Cana no Brasil Holandês Ana Nascimento, José Gustavo Wanderley Ayres	144
Do arquivo ao Plinto: Estratégias de investigação em museus Ana Temudo	171
Refletir sobre a avaliação das práticas de mediação cultural: Caso do Museu Casa do Infante Ana Catarina Pereira, Alice Lucas Semedo	192
O Museu enquanto espaço de memória e esquecimento: o caso da coleção de postais ilustrados do Coronel José Marcelino Barreira Célia Oliveira	203
Comunidade dentro do Museu? Como assim? O Caso do Museu Eugênio Teixeira Leal / Memorial do Banco Econômico - Salvador / Brasil Guilhermina de Melo Terra	215
Projeto Cidade: arrisca-te a tecê-los Manuel Horta	233



REFLEXOS DA ARQUEOLOGIA URBANA EM ESTREMOZ NO PATRIMÓNIO E NA ESCOLA

Ana Catarina Basílio

Aluna de Mestrado na Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Portugal;
Investigadora e cocoordenadora da secção de Arqueologia no projecto
Canhão Cársico de Ota
anacatarinabasilio@campus.ul.pt

Reflexos da Arqueologia Urbana em Estremoz no Património e na Escola

Ana Catarina Basílio

Historial do artigo:

Recebido a 10 de maio de 2016

Revisto a 30 de maio de 2016

Aceite a 20 de junho de 2016

RESUMO

Proceder ao estudo do Património Arqueológico de uma cidade representa, pela complexidade inerente às ocupações humanas nestes locais, um desafio que deve ser lido de uma forma múltipla tendo em vista uma mais completa compreensão da verdadeira dimensão e impacto da Arqueologia nestas comunidades. No caso específico do presente trabalho - realizado no âmbito do seminário de Mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Arqueologia das Cidades, ministrado pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda – tentámos transpor e identificar os resultados que têm sido constantemente trabalhados para núcleos urbanos maiores, sendo exemplo disso Lisboa ou Santarém, para uma cidade de menores dimensões localizada em pleno Alentejo – Estremoz.

O potencial deste núcleo “urbano”, quando comparado com outros aglomerados populacionais no Sul de Portugal, encontra-se prontamente identificado, ainda que não apresente um nível constante e regular de identificação científica. Contudo, no nosso entender, a matéria-prima existe, mas tem de ser aproveitada e utilizada pelos vários organismos e entidades do concelho, promovendo uma educação dos utilizados directos deste Património, inculcando noções de valorização e salvaguarda do mesmo. Assim sendo, tentando medir o grau de eficácia desta divulgação e utilização do rico Património estremocense, identificando também pontos passíveis de melhorias, este estudo apresenta uma forte componente prática que visa proceder à simbiose entre as principais instituições relacionadas com o Património – a Câmara Municipal de Estremoz e a Escola Secundária Rainha Santa Isabel. Os resultados mostram uma grande utilidade, mostrando que o caminho já existe, sendo necessária a tomada de iniciativa de ambas as entidades, enfatizando-se a noção de que é necessário educar os futuros cidadãos, desde cedo, para se preservar e cuidar no Futuro.

Palavras-Chave: Património; Estremoz; Preservação; Educação Patrimonial.

ABSTRACT

Proceed to the study of the archaeological heritage of a city is, due to the complexity of the human occupations in these places, a challenge that must be read in multiple ways, towards a more complete understanding of the true size and impact of Archaeology in these communities. In the specific case study - carried out under the Master's seminar at the Faculty of Arts, University of Lisbon, "*Arqueologia das Cidades*", taught by Professor Ana Margarida Arruda - we tried to transpose and identify the results that have been constantly worked to larger urban centers, such as Lisbon or Santarém, to a smaller city located in Alentejo - Estremoz.

The potential of this "*urban*" town, when compared to other settlements in southern Portugal, is readily identified, although it does not present a constant and regular level of scientific identification. However, in our view, the raw material exists, but it must be harnessed and used by various organizations and county entities, promoting education of the direct users of this heritage, implanting notions of appreciation and safeguarding of it. Therefore, trying to measure how effective this disclosure and use of the rich heritage estremocense is, also identifying points capable of improvement, this study shows a strong practical component that is intended to make the symbiosis between the main institutions related to Heritage - the Municipality of Estremoz and the Secondary School Rainha Santa Isabel. The results obtained are very useful, showing that the path already exists, requiring a need of initiative from both entities, emphasizing the notion that it is necessary to educate the future citizens, early on, to preserve and care in the future.

Key-words: Cultural Heritage; Estremoz; Preservation; Patrimonial Education.

1. Introdução

A prática da Arqueologia Urbana encontra-se intimamente associada a uma produção de grandes massas de dados e, com o correcto estudo e utilização desses dados, de um volume de informação e conhecimentos que enriquecem o panorama arqueológico nacional e internacional. Infelizmente, um dos principais problemas da Arqueologia, que contribui para uma ainda maior inexistência de publicação científica e divulgação, passa pela falta de gestão, concentração e tratamentos destes dados enquanto pequenas unidades que, quando correctamente interligadas, permitirão ler a cidade como um todo e não de forma isolada. De forma a combater esta realidade é necessário conhecer o estado actual da Arqueologia Urbana nos diversos pontos do país, identificando os problemas estruturais, tentando altera-los em tempo útil e de forma produtiva. É nesta óptica que surge a presente reflexão, tendo o intuito já referido de identificar o estado da questão no concelho de Estremoz e, acima de tudo, compreender os caminhos que podem vir a ser tomados para uma possível maximização dos recursos e da produção científica/divulgação.

Numa segunda fase do presente texto, tentado aprofundar o grau de eficácia das relações estabelecidas entre os principais intervenientes – entende-se Câmara Municipal de Estremoz e Escola Secundária Rainha Santa Isabel em Estremoz – e como se procede a divulgação do Património em Estremoz, prepusemo-nos a contactar com a comunidade estudantil – com o apoio da Associação de Estudantes da escola, do seu Presidente, Nuno Xarepe e Secretária da

Assembleia Geral, Ana Beatriz Basílio. As instituições, que funcionam aqui como principais actores, foram ouvidas nas pessoas da Arqueóloga Municipal Rita Laranjo e do Director José Salema, dando-nos a sua visão, em primeira pessoa, do funcionamento dos locais que gerem, como funciona a sua relação com a comunidade e as falhas que identificam. Tudo isto tem, como objectivo central, compreender o estado da questão, neste caso a Arqueologia Urbana e a divulgação patrimonial em Estremoz, e identificar caminhos e vias de convergência que potenciem o Património e a população.

Este trabalho permitiu desenhar uma imagem mais actualizada e real do panorama arqueológico e patrimonial de todo o concelho de Estremoz, com uma visão e um quadro de pensamento contemporâneo.

2. Concelho de Estremoz: Demografia e Geografia

Falar da Arqueologia é falar, necessariamente, de um espaço geográfico que pode ser mais ou menos abrangente. No caso do presente trabalho, o âmbito geográfico pode resumir-se ao actual concelho de Estremoz que é integrado no Distrito de Évora e, por sua vez, enquadrável no Alentejo Central (NUT III). (vd. Figura 1.)



Figura 1.

Pela Reorganização Administrativa Territorial Autárquica Lei nº11-A/2013 de 28 de Janeiro, Estremoz apresenta um total de nove freguesias. Deste total, oito delas são correspondentes a freguesias rurais (Arcos, Évoramonte, Glória, São Domingos de Ana Loura, União de Freguesias de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão, União de Freguesias de Santa Vitória do Ameixial e São Bento do Ameixial, União de Freguesias de São Lourenço de Mamporcão e São Bento de Ana Loura e Veiros), sendo a União de Freguesias de Santa Maria e Santo André, na cidade de Estremoz, a única enquadrável na categoria urbana – o povoamento pode caracterizar-se, como é comum no mundo Alentejano, por ser disperso pontilhado com núcleos de pequenas dimensões (aldeias) e núcleos de grande/média dimensão (vilas e cidades). Faz fronteira a Norte com os concelhos de Fronteira, Sousel e Monforte, a Sul com o Redondo e Évora, a Este com Borba e a Oeste com Arraiolos.

No que toca à geografia é de referir a posição privilegiada onde se desenvolve Estremoz, quer seja a nível de acessibilidades actuais, com as estradas de Elvas a Portalegre a ainda a de Évora ou Lisboa (LARANJO, 2014: 26), que reflectem caminhos que remontam ao Período Romano (VALA, 2007: 873), quer seja a nível geológico, onde o anticlinal de Estremoz – “unidade tectono-estratigráfica onde se localizam os principais centros produtores de mármore” (CARVALHO, FALÉ, 2008: 1) – permitiu gerar a denominação de “Cidade Branca” e ainda a grande fertilidade dos solos que permite uma forte produção agrícola e vitivinícola – em íntima relação com o aquífero de grandes dimensões, Estremoz-Cano, associado com o Anticlinal de Estremoz. Estas duas grandes actividades – extractiva e agrícolas – ocupam uma significativa percentagem dos 514km² afectos ao concelho de Estremoz, por exemplo as 939 explorações agrícolas ocupam cerca de 38.243ha, existindo um domínio das propriedades de grande dimensão (50ha).



Figura 2.

(vd. **Figura 2.**) O relevo é bastante acidentado, se tivermos em conta a típica paisagem aplanada do Alentejo. Dominam as “massas montanhosas de baixa altitude” (LARANJO, 2014: 27), como é o caso da Serra d’Ossa que “une” os concelhos de Estremoz, Borda e Redondo, com 653m no ponto máximo que passa o concelho de Estremoz. No geral Estremoz apresenta um substracto calcário onde abundam os solos de tipo argiloso (VALA, 2007: 873), realidade que tem sido aproveitada e potencializada para a elaboração de produções cerâmicas muito características e específicas desta região (CARNEIRO, 2011: 163-164) – o caso dos Bonecos de Estremoz que recorrem, na sua maioria, aos “Barros de Estremoz”.

Dispõe de uma população de 13.842 (segundo dados da plataforma PORDATA, do ano de 2013) que corresponde a 0,13% da população portuguesa. Desde o ano de 2011 já perdeu à volta de 2000 habitantes, levando a aumentar a discrepância entre o número de jovens e o número de idosos (actualmente por cada 100 jovens existem 255,7 idosos), fazendo-se acentuar o envelhecimento constante da população do interior. Esta situação vai, certamente,

influenciar o tipo de medidas que se toma em relação à divulgação patrimonial e à própria maneira de expor e mostrar, mas não deve ser determinante em detrimento dos escalões etários mais novos.

A nível turístico Estremoz apresenta-se como um dos locais mais atractivos, a par de Évora, no Distrito. Dispõe de um total de 501 alojamentos turísticos (pousadas, hotéis e estalagens/hostels) que se desdobram em 230 quartos chegando a albergar um total de 177,8 hóspedes por cada 100 habitantes do concelho de Estremoz. Estes números mostram uma grande afluência turística a Estremoz que, mesmo permanecendo uma média de 1,4 dias, contribui não só para a economia, a nível de proveitos estes 501 alojamentos facturaram em 2013 um total de 1.746 milhões de euros, mas para o próprio Património em si que pode ser divulgado, conhecido, experienciado e valorizado por um conjunto diversificado de pessoas.

Outra das vertentes associadas ao turismo é a visita a Museus que permitem aceder a outro tipo de experiencias e, neste caso, materiais (quer sejam eles arqueológicos ou não). No concelho de Estremoz existem oito Museus, sendo os mais significativos o Museu a cargo da Universidade de Évora (Centro de Ciência Viva de Estremoz), outro a cargo do Regimento de Cavalaria nº3 (Museu do Regimento), o Museu de Arte Sacra e ainda o Museu Municipal (Professor Joaquim Vermelho). Os restantes quatro reflectem realidades mais concretas, com o Museu Casa Agrícola e o Museu da Escola em Veiros, o Museu do Bombeiro e o Museu Rural. A estes Museus podemos somar duas galerias de exposições, muito activas a nível expositivo e cultural, tendo sido uma delas inaugurada em 2014, com um total de 17 exposições no ano de abertura. É interessante frisar que destes equipamentos culturais só um apresentava peças arqueológicas (cabeceras de sepultura e outros materiais líticos), neste caso o Museu Municipal que, tendo sido remodelado entre 2013-2014, perdeu a componente arqueológica em prol dos Bonecos de Estremoz (em processo de candidatura a Património Mundial da UNESCO). Mais recentemente, foi criada, numa pequena sala de exposições, nas instalações do Museu Municipal, uma exposição didáctica que aborda um pouco do Património arqueológico do concelho, tendo esta sido construída com o apoio de um conjunto de crianças que, no período de interrupção escolar de Páscoa, usufruíram de um conjunto de actividades, entre as quais a oportunidade de visitar um conjunto de monumento megalíticos de Estremoz.

De forma geral o município apresentou despesas de âmbito cultural, em 2013, de 1.956,7 milhões de euros (1.297,8 € despesas em Património Cultural), tendo este valor sido reduzido drasticamente no ano de 2014 – 800,3 mil euros sendo que desses 178,4 foram empregues em Património Cultural. Esta situação é facilmente justificada por um abrandamento no investimento económico em actividades culturais inerente à situação económica nacional. Estremoz tem as condições para, caso venha a adoptar uma estratégia de valorização e divulgação dos vários patrimónios de que dispõe, se tornar um polo ainda mais atractivo e vivo.

Posto isto, Estremoz mostra ser um sítio com grande potencial a nível turístico, económico e populacional, já que é com as pessoas, e para as pessoas que residem no concelho, que o Património deve ser valorizado.

3. Património de Estremoz

Como salientado no ponto anterior, o concelho de Estremoz e, mais propriamente, a cidade em si, apresentam já um grande valor na vertente turística e patrimonial. Esta necessidade e

valor (vd. **Figura 3.**) são desde logo reconhecidos no Plano Director Municipal, que data de Maio de 2015, contudo ainda é possível verificar uma preferência e pendor para o “centro urbano”, entenda-se aqui a zona do Castelo, sendo secundarizados núcleos arqueológicos que, com a criação e inserção em rotas, podiam atrair novos públicos e, acima de tudo, servir um público local.



Figura 3.

A nível patrimonial, recorrendo à página “Património Cultural”, desenvolvida pela actual Direcção-Geral do Património Cultural, mais propriamente ao separador referente à pesquisa de património classificado, foi possível identificar, para o concelho de Estremoz, um total de 27 registos onde domina a classificação (vd. **Figura 4.**) enquanto Monumento Nacional (12) seguida de Imóvel de Interesse Público (9). No caso dos Monumentos Nacionais há uma distribuição igualitária entre a Arquitectura Religiosa e a Arquitectura Civil, estando presente uma única entrada enquadrável na categoria “Arqueologia”, referente à *Villa Lusitano-Romana* de Santa Vitória do Ameixial – não podemos deixar de referir o facto de se encontrarem inventariados 166 sítios arqueológicos na base de dados “Endovélico”, também ela gerida pela DGPC, o que confere a estes sítios uma protecção inerente à sua inventariação.



Figura 4.

3.1. Património Arqueológico

Mesmo já se tendo avançado com algumas informações sobre o Património Arqueológico do concelho de Estremoz, ainda que de forma breve, é necessário compreender qual a importância que este tipo de Património teve na História mais “recente” do concelho.

As primeiras ocupações do actual concelho de Estremoz remontam ao Paleolítico (ROCHE et al., 1969: 8) contudo, quando observamos a base de dados “*Endovélico*”, observa-se um domínio dos sítios cujo espólio é enquadrável, de forma genérica, em Períodos Pré-Históricos (109), ainda que grande parte destes se reporte a achados isolados, mais propriamente as cronologias enquadráveis no Neolítico-Calcolítico. A expressão das ocupações “*históricas*” é mais reduzida, podendo resumir-se a 37 sítios, sendo a *Villa* de Santa Vitória do Ameixial o sítio arqueológico com mais destaque. Chegamos então à conclusão que “*a presença humana tem sido contínua*” (PDM, F1, vol. II: 13), ainda que com as “*descontinuidades*” inerentes à História do Homem e às especificidades dos períodos cronológicos, e que a riqueza inerente a este Património contribui para a criação de um discurso e uma História global de Estremoz.

Esta história global tem usado o Património arqueológico do concelho já desde 1482 onde, segundo os documentos da Chancelaria de D. João II, se pode constatar que um monumento funerário, neste caso uma anta, é utilizado como marco de limites entre propriedades na zona de São Bento de Ana Loura (Chancelaria, D. João II, liv. 2, 152 vº *apud* LARANJO, 2014: 37). Outras expressões da influência deste tipo de Património no quotidiano das populações podem ser encontradas na microtoponímia – é aqui que os topónimos “*anta*” e “*moura*” aparecem, por exemplo, a *Villa* Lusitano-Romana de Santa Vitória do Ameixial encontra-se na Quinta da Moura e, nas suas imediações, podemos encontrar a fonte da Moura.

As investigações mais recentes debruçam-se sobre temas relacionados com o megalitismo, realidade já trabalhada e que vai na linha das intervenções de Manuel Heleno e de Georg e Vera Leisner (LARANJO, 2014: 37), resultando disso uma quase integral escavação dos monumentos funerários e uma grande quantidade de espólio do concelho. A própria *Villa* de Santa Vitória do Ameixial, amplamente referenciada no presente trabalho, marca outra das linhas de investigação científica sobre o Património de Estremoz – as referências a este sítio arqueológico remontam à primeira metade do século XVIII, com menção no “*Dicionário Geográfico*” do Padre Luís Cardoso (LARANJO, 2014: 41), mas a sua intervenção arqueológica avança para os primeiros anos do século XX com Luís Chaves (1916) e, mais recentemente, para os trabalhos da empresa Era-Arqueologia (GOMES, MACEDO, BRAZUNA, 2000).

Como já referido, na base de dados “*Endovélico*” foi possível identificar um total de 166 sítios arqueológicos afectos ao concelho de Estremoz, contudo, esses 166 sítios, entram em “*conflicto*” com os 158 sítios apresentados no Plano Director Municipal, podendo este “*desaparecimento*” de oito sítios ser justificado com a eliminação de sítios arqueológicos inventariados em duplicado com nomes diferentes, realidade muito comum nos monumentos megalíticos, não se tendo, até ao presente momento, procedido à correcção na respectiva base de dados.

Um dos principais problemas na Arqueologia nacional passa pela já identificada falta de um organismo gestor de intervenções e dados, papel que devia ser desempenhado pelo mais alto organismo regulador que, neste caso, se materializa na Direcção-Geral do Património Cultural. Não existindo este organismo, os resultados das intervenções e a actualização dos dados, tendo como objectivo primário a divulgação dos produtos das escavações para que possam ser

empregues no desenvolvimento de conhecimento, permanece obsoleta e geradora de teorias e quadros mentais erróneos.

3.2. Uma Arqueologia Urbana em Estremoz?

Desde cedo a Arqueologia tem sido praticada em cidades, vejamos por exemplo o caso das cidades de Pompeia e Herculano, contudo o conceito contemporâneo de Arqueologia Urbana está intrinsecamente relacionado com métodos (BERNNARDES, 2002: 20), ritmos, especificidades materiais e contextuais concretas não dependendo unicamente do factor exclusivo de *“intervenção em cidade”* – existem realidades concretas e específicas em estudo tanto nas cidades antigas, assim como em ambientes urbanos modernos (FABIÃO, 1994), mas os desfasamentos cronológicos obrigam necessariamente a ter em conta diferentes situações que nos podem surgir em âmbito de escavação/intervenção. Independentemente da aplicabilidade espacial do conceito, o seu intuito fulcral é o de conhecer a *“vida”* e os ritmos que existiram nas cidades, com toda a sua variedade étnica, religiosa, social e cultural, e como essa cidade antiga estruturou e organiza a cidade – um dos papéis da Arqueologia urbana passa pelo planeamento urbano, podendo esta ser integrada nos gabinetes de planeamento urbanístico das Câmaras Municipais, onde as intervenções urbanas sejam regulares ou com grande impacto - e as várias *“gentes”* actuais em torno de um passado comum - o caminho para atingir este fim passa por uma fase primária de recolha dos dados, mas só com o posterior estudo e divulgação dos mesmos se pode, efectivamente, querer cumprir o objectivo máximo desta Arqueologia das Cidades.

No caso concreto do Concelho de Estremoz, o único núcleo urbano é o referente às freguesias que formam a cidade de Estremoz em si (Santa Maria e Santo André), sendo as restantes freguesias consideradas núcleos rurais que, em conjugação com o já referido povoamento disperso, vai aumentar a dificuldade na existência de uma *“Arqueologia Urbana”* no concelho (vd. **Figura 5.**) – a Arqueologia em Estremoz é, pela reduzida regularidade das intervenções, integrada no *“pelouro do Desenvolvimento Cultural”* (LARANJO, 2015, entrevista pessoal). Assim sendo, já que um dos *“requisitos”* para a existência de intervenções enquadráveis em contextos de Arqueologia Urbana é a sua realização em meios urbanos/cidades, a nossa análise terá em conta as intervenções de prevenção e valorização na actual cidade de Estremoz.



Figura 5.

Como sublinhado antes, Estremoz tem 166 sítios arqueológicos inventariados e nestes foi possível contabilizar um total de 163 intervenções registadas na base de dados “Endovélico”. Nem todos os sítios arqueológicos têm intervenções, já que muitos deles se reportam a achados isolados e superficiais, mas foi possível detectar uma variação entre 1 e 4 intervenções onde se inserem 161 das 163 intervenções. O sítio que apresenta o maior número de trabalhos é a já amplamente mencionada Villa Lusitano-Romana de Santa Vitória do Ameixial, que atingiu 9 intervenções, mostrando um claro domínio no interesse sobre este sítio arqueológico.

Estas 163 intervenções podem ser enquadradas dentro de 29 “projectos”, sendo que cinco deles não se encontram referidos no “Endovélico”. É interessante verificar que no caso de Estremoz (vd. Figura 6.) há um domínio das intervenções de prevenção (17), realidade que coincide com o panorama arqueológico em contexto urbano, sendo de frisar que, segundo os dados disponíveis no “Endovélico”, não existem intervenções de emergência – indicando uma boa salvaguarda do Património, que rapidamente é passível de se questionar se tivermos em mente que muitos dos sítios arqueológicos se encontram em propriedades privadas, sem “verificação” desses mesmo sítios há bastantes décadas.



Figura 6.

Dessas 17 intervenções de prevenção foi possível identificar uma tendência maioritária (8) dos trabalhos de acompanhamento em associação à realização de sondagens arqueológicas, realidade bastante comum em intervenções deste carácter. (vd. Figura 7.)



Figura 7.

Na fase final das intervenções a existência de um relatório é essencial, sendo possível, através dele, reconstituir os métodos e os contextos arqueológicos, funcionando como primeiro estudo, ainda que sumário, dos materiais e do contexto. No que toca aos 29 projectos podemos avançar que 15 têm o relatório aprovado pela Direcção Geral do Património Cultural, quatro encontram-se pendentes, nove sem informação e um não enviado – este último reflecte o problema da falta de actualização da base de dados “Endovélico”, uma vez que temos informação que o relatório em questão, referente à intervenção no Rossio Marquês de Pombal, foi entregue.

Contudo, a grande questão é: mas existe uma Arqueologia Urbana em Estremoz? A resposta a esta pergunta é sim. Foi possível identificar 10 projectos que tiveram lugar no núcleo urbano da cidade de Estremoz, sendo o mais recente referente ao ano de 2013. Os projectos podem ser enquadrados em três categorias de trabalhos, com um ligeiro domínio das intervenções de valorização, salvaguarda e remodelação de monumentos (4), seguido pela construção ou remodelação de imóveis (3) e vias de trânsito ou estacionamento (3). O número de intervenções é relativamente reduzido quando comparado, por exemplo, com a cidade de Santarém que só no ano de 2013 registou 29 intervenções (OLAIO et al., 2015: 85), mas para uma cidade de média dimensão, como é a cidade em estudo, o número de intervenções parece-nos significativo para afirmar que, apesar de ser pouco expressiva e relativamente invisível, existe uma Arqueologia urbana com um “ritmo” compatível com “meio rural alentejano” (vd. Figura 8.).



Figura 8.

Esta “variante” da Arqueologia urbana faz-se sentir pela já referida invisibilidade das intervenções que, quando são visíveis pela população, se tornam um foco de interesse e confluência - exemplo da escavação arqueológica realizada no Rossio Marquês de Pombal que atraia muitos curiosos e muitas questões por parte dos idosos utilizadores daquele espaço – não quebrando os ritmos do quotidiano das populações. Uma das lacunas que se sente nesta Arqueologia e, infelizmente, na Arqueologia em geral, é uma falta de divulgação dos resultados das intervenções que, no caso de Estremoz, tinha uma maior facilidade em ser realizada uma vez que a população mostrou, por iniciativa própria, um interesse e curiosidade sobre o que se passava naquela intervenção.

A actual arqueóloga da Câmara Municipal de Estremoz não nos conseguiu dar mais informações quanto a intervenções realizadas em âmbito urbano, já que se encontra há relativamente pouco tempo a exercer funções na Câmara – 2015 – contudo mostrou-nos um panorama de secundarização da Arqueologia no concelho, somente quebrado com a sua entrada em funções. Até ao ano de 2015 só existe registo, segundo a arqueóloga Rita Laranjo, de um outro profissional de Arqueologia cujo contracto se terá iniciado em data incerta e terminado em 2013 – sabemos também que esta arqueóloga exerceria funções mais relacionadas com divulgação e design e não tanto com a Arqueologia em si. Este número de profissionais espelha igualmente as necessidades do concelho nesta área científica, não tendo um grande número de intervenções que justifique a criação de uma equipa de arqueólogos, algo que é enfatizado pela arqueóloga Rita Laranjo, que considera o número actual de arqueólogos (1) como suficiente, já que esta se encontra a proceder à inventariação da colecção de Arqueologia do Museu Municipal, com o apoio de alguns técnicos com formação em História – aponta ainda, caso se inicie um projecto de investigação financiado pela câmara, “talvez fosse necessário mais uma pessoa ligada à Arqueologia” (LARANJO, 2015, entrevista pessoal). Quando questionada sobre o apoio que sente por parte do município e sobre a sua sensibilidade para as problemáticas e necessidades da Arqueologia, a arqueóloga refere que “todas as iniciativas ligadas com estas áreas são apoiadas a 100% pela Câmara” (LARANJO, 2015, entrevista pessoal) estando limitados pelas questões orçamentais, mas que a Arqueologia continua a ser “vista como um 'entrave' para determinados sectores” (LARANJO, 2015, entrevista pessoal) – este olhar como um “entrave” dificulta em muito o trabalho do arqueólogo que, como a própria arqueóloga nos informou, é muitas vezes “aproveitado” para outras situações e outro tipo de trabalhos, onde é reduzido a trabalho de gabinete, evitando-se assim a evolução da Arqueologia dos Municípios.

A divulgação ao público sobre o Património existente em Estremoz passa por uma “breve descrição” (LARANJO, 2015, entrevista pessoal) na página da Câmara Municipal de Estremoz que, mesmo estando individualizado e visível no menu da página, abre um conjunto de opções – Património Classificado e Património Não Classificado - que, para o público, nos parecem inibidores de uma fruição e exploração mais simples e proveitosa da página e da informação que, embora sucinta, disponibilizam. Um dos graves problemas que se sente em Estremoz é a já referida falta de um espaço onde se exponham as colecções arqueológicas em depósito no museu municipal – como referido anteriormente, a Arqueologia e as suas materialidades foram desvalorizadas, aquando da reformulação do museu municipal, em prol dos famosos Bonecos de Estremoz e da sua candidatura a Património da Humanidade, segundo a arqueóloga Rita Laranjo o “museu é dedicado essencialmente à parte etnográfica, a Arqueologia ficava desenquadrada neste local” (LARANJO, 2015, entrevista pessoal), uma lacuna que foi, ainda assim, rapidamente preenchida com um “novo núcleo museológico, ligado à área da Arqueologia” (LARANJO, 2015, entrevista pessoal), favorecendo o “vasto Património que Estremoz possui, usado como vertente Turística”.

Não podemos de deixar de fazer ressaltar que a componente turística, em Arqueologia, passa pela passagem da informação através de núcleos museológicos (vd. **Figura 9.**) mas também através da visita a sítios arqueológicos e respectivos centros interpretativos. Em Estremoz apenas um sítio arqueológico se encontra “valorizado”, com as últimas intervenções em finais dos anos 90, a *Villa Lusitano-Romana* de Santa Vitória do Ameixial que só é visitável mediante contacto prévio com a Direcção-Geral do Património Cultural, tendo uma tabela informativa junto à sua entrada. As intervenções relativamente recuadas deram ao sítio um aparente ar de abandono, com o gradeamento no seu entorno enferrujado, tornando-o um sítio repulsivo e não chamativo. A falta de roteiros que incluam esta componente específica – o Património – é deveras um dos problemas que torna difícil a existência de um turismo de tipo cultural em Estremoz – os roteiros delineados para Estremoz envolvem a “*Rota Tons de Mármore*”, com a visita a vários locais relacionados com a extracção e transformação do Mármore e a “*Rota dos Vinhos*”, fazendo parte, como o nome indica, de rotas em conjugação com outras cidades vizinhas.



Figura 9.

Quando se colocou a questão da divulgação/publicação científica, a arqueóloga não nos deu nenhuma resposta, contudo de 166 sítios arqueológicos foi possível identificar um total de 166 referências bibliográficas que, quando analisadas, reflectem 118 publicações já que numa publicação aparecem referenciados vários sítios arqueológicos. Com um trabalho de pesquisa bibliográfica mais recente, foi possível encontrar mais 206 referências a adicionar às 118 que constavam na base de dados “Endovélico” – este número de publicações, 324, é bastante volumoso, mas a sua relativa antiguidade deve ser tida em conta, existindo um domínio das obras da primeira metade do século XX, sendo necessário o exercício de publicação com pressupostos e métodos mais recentes.

Em suma, as principais conclusões que se podem retirar acerca da Arqueologia em Estremoz e, mais especificamente, da Arqueologia Urbana, passam por uma pouca expressão generalizada em torno desta actividade. A Arqueologia está, claramente, em segundo plano a nível de exposição e divulgação, sendo que urge uma mudança a nível da política seguida para esta “secção” que devia ser tida mais em conta no departamento da Cultura. Foi possível compreender que há “ares” de mudança, expressos na contractação da Arqueóloga Rita Laranjo, mas são insuficientes quando nos deparamos com uma posição aparentemente cómoda da Câmara, ainda mais acentuada quando tentamos compreender a relação com a Escola a nível patrimonial.

3.3. Arqueologia e a Escola

A Arqueologia não pode ser desassociada da sua forte componente ilustrativa de um passado distante, mas também pode e deve ser empregue como uma ferramenta formativa, tendo em vista um futuro mais informado e preparado por parte dos jovens. Foi esta a grande motivação que nos levou a incluir a componente “Escola” no presente trabalho, aliado à necessidade de apreender o verdadeiro conhecimento dos jovens em relação ao Património e qual o canal de divulgação com mais eficácia, no meio estudantil. O “*Património Cultural que nos antecede [justifica] muito daquilo que é a sociedade actual*” (SALEMA, 2015, entrevista pessoal), “*para construirmos o nosso futuro temos que conhecer bem o nosso passado*” (SALEMA, 2015, entrevista pessoal). (vd. **Figura 10.**)



Figura 10.

A educação patrimonial, enquanto conceito e ideia, não tem uma grande popularidade em Portugal, sendo principalmente aplicada em países como o Brasil. No caso nacional podemos aplicar o modelo da “Educação para o Património” através das “Actividades de Enriquecimento

curricular”, publicadas em Decreto de Lei nº169/2015 – neste decreto os Municípios ou as próprias escolas em si, podem usufruir de um bloco semanal e escolher como o ocupar, podendo uma dessas ocupações ser referente ao Património local, funcionando como um caminho para divulgar e obrigar a um trabalho por parte de ambas as entidades envolvidas. Este decreto acaba por passar *“despercebido”*, não sendo conhecida a sua possível aplicabilidade para o ensino da História e Património locais, realidade aparentemente desconhecida pela Escola Secundária Rainha Santa Isabel, em Estremoz.

No caso específico de Estremoz, a Escola Secundária Rainha Santa Isabel tem um papel agregador de inúmeros jovens com as proveniências mais variadas, passando estes grande parte do dia nas suas instalações. Assim sendo, a posição que a escola toma, na pessoa do Director José Salema, em relação ao Património vai, de forma estruturante, afectar e influenciar os jovens e o seu comportamento, adicionando-lhes uma *“preocupação firme e duradoura no que diz respeito à preservação do nosso Património”* (SALEMA, 2015, entrevista pessoal). Alguns dos professores parecem já sensibilizados, assim como alguns dos estudantes que, por livre vontade, se inscrevem em clubes que, por inerência espacial ou temática, atingem algum tipo de Património – *“O clube das Ciências e o Projecto Serra D’Ossa também abordam o nosso Património local e a Arqueologia através das actividades desenvolvidas”* (SALEMA, 2015, entrevista pessoal). Todas estas actividades, às quais podemos somar a visita a museus e monumentos tendo em vista a ilustração das realidades leccionadas em âmbito de aula, partem do livro arbítrio e autonomia de que a escola dispõe, mas esta necessita de obter e aceder a informações e incentivos que têm, necessariamente, de partir do grande interessado em divulgar o seu Património – o Município.

Um dos pontos que podemos apontar à Câmara Municipal, já sublinhado anteriormente, é uma aparente comodidade na sua posição, também visível na disponibilização de informação já que *“normalmente o município não envia ... informação sobre o Património”* (SALEMA, 2015, entrevista pessoal), sendo esta posição quebrada *“sempre que a escola o solicita”* (SALEMA, 2015, entrevista pessoal), estando *“sempre disponível a colaborar”* (SALEMA, 2015, entrevista pessoal) – a Câmara Municipal devia agir como um órgão promotor e incentivador do usufruto do Património, criando actividades, enviando informações, promovendo palestras e sessões de debate que, a curto e longo prazo criariam um hábito em torno do Património mas, em vez disso, apresenta uma postura que só é alterada quando estimulada por pedidos e estímulos externos. A falta de contacto entre ambos os organismos é notória - passando pelo desconhecimento, por parte da escola, da existência de uma maleta pedagógica referente ao Património e monumentos locais (actualmente extinta) que poderia ser requisitada e utilizada em âmbito escolar – mas quando é ultrapassada, o resultado é bastante proveitoso para ambas as instituições e para a população em si, o melhor espelho desta colaboração é a realização, com grande sucesso, da Feira Medieval de Estremoz, que conta já com duas edições e se realiza na grande praça da Torre de Menagem, valorizando a actual zona do Castelo.

A escola, mesmo mostrando conhecer o valor do Património enquanto ferramenta formadora e estruturante do ensino dos mais jovens, também apresenta uma posição tendencialmente inerte já que não exige mais à Câmara Municipal, ficando satisfeita com as informações que existem, não exigindo e desafiando, com o intuito de receber mais e melhor para aplicar na sua instituição. A falta de uma política ou ideia orientadora com vista ao ensino patrimonial mostra novamente essa posição, que pode rapidamente ser quebrada já que a escola é a primeira a reconhecer que tanto a *“Escola e município poderiam efectivamente fazer mais nesta área”* (SALEMA, 2015, entrevista pessoal) e que a *“valorização do nosso Património local [é] uma preocupação desta escola”* que podia ganhar outro destaque com uma *“articulação proveitosa com os municípios e com outros técnicos especializados desta área”* (SALEMA, 2015, entrevista pessoal).

Os problemas e entraves estão reconhecidos a nível institucional e os caminhos de resolução apresentam-se como claros e facilmente ultrapassáveis, o exercício terá de partir de ambas as partes, tendo em vista os principais interessados, os alunos, dando-lhes as ferramentas necessárias para pensarem e encararem o futuro de maneira diferente e exigirem, a estas e outras instituições, mais informação e valorização do Património.

3.4. Arqueologia e a Comunidade Estudantil

Como temos vindo a frisar ao longo de todo o trabalho, os jovens são, sem sombra de dúvidas, um dos intervenientes principais no futuro da valorização e manutenção do Património de Estremoz, já que são eles que usufruem e vão usufruir dele. Conhecer os estudantes, aferir o seu conhecimento e a informação que lhes chega, e como lhes chega, mostrou ser uma das causas que nos ajudam na afirmação da necessidade de estabelecimento de relações institucionais de qualidade em prol de “bens” maiores – o Património e os próprios jovens. Para tal foi necessária a elaboração de um inquérito de pequenas dimensões, com 20 perguntas, que nos permitiu aferir o conhecimento, a política de actividades da escola e a consciência que os estudantes já possuem sobre a importância e valor do Património no seu sentido mais amplo.

A Escola Secundária Rainha Santa Isabel em Estremoz tem um total de 536 estudantes de ensino secundário - 10º, 11º e 12º anos de escolaridade – tendo sido possível, com o apoio da Associação de Estudantes, na pessoa do Presidente Nuno Xarepe, inquirir 50 estudantes de nacionalidade portuguesa (correspondendo a 9,33% da população em estudo) que se distribuem de forma equitativa entre os três anos do ensino secundário – 28 indivíduos do sexo feminino e 22 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 14 anos e os 18. A maioria é proveniente do concelho de Estremoz (38), como esperávamos inicialmente, tendo sido as respostas enriquecidas com contributos de estudantes provenientes de Sousel (8) e Fronteira (4) que, por não existência do equipamento nos locais de residência, frequentam a escola secundária em Estremoz. De forma geral foi possível verificar um grande desconhecimento em relação ao Património cultural de Estremoz, visível nas repostas à primeira pergunta *“Quais destes são Património cultural de Estremoz?” onde se apresentava uma lista com oito possibilidades de resposta, todas certas à excepção de uma. Nesta pergunta 38 alunos responderam com a combinação do binómio “Castelo de Estremoz e Bonecos de Estremoz”, sendo interessante verificar que têm conhecimentos suficientes para compreender outros tipos de significados atribuíveis a “Património cultural”, mas desconhecem, ao mesmo tempo, o Património da sua cidade – a Villa Lusitano-Romana de Santa Vitória do Ameixial foi incluída em 22 respostas. Quando inquiridos sobre se já participaram em visitas a algum tipo de Património arqueológico, a maioria (36) mostrou nunca ter visitado nenhum Património, enquanto que os restantes (14) visitaram essencialmente Património Arqueológico local/regional, como por exemplo o Castelo de Estremoz ou Monsaraz.*

Uma das questões que, no nosso entender, nos mostra que há uma certa sensibilidade para o Património arqueológico - não nos devemos esquecer que a produção agrícola no concelho de Estremoz tem um grande peso e afectação nas terras, sendo muitos destes jovens netos ou filhos de proprietários de terras – continha a possibilidade de encontrar um Bem arqueológico e o que fariam com esse mesmo bem. Felizmente 44 dos inquiridos informariam ou a Câmara Municipal (34), a Polícia de Segurança Pública (8) ou algum professor da escola (2), enquanto que os restantes 6 recolheriam o Bem e não informavam nenhuma entidade. (vd. **Figura 11.**) Nesta onde de questões, que nos permitem aferir o quão bem conhecem o concelho onde

residem, tentámos saber por que período histórico é conhecida a cidade de Estremoz - 38 reconheceram automaticamente o período Medieval Cristão – e qual o período cronológico que desperta mais curiosidade – 14 dispersaram-se por vários períodos cronológicos mas 16 mostraram interesse na Pré-História do concelho de Estremoz.



Figura 11.

A fonte ou canal de dispersão de informação relativa ao Património passa, de forma marcadamente estruturante, pela escola (21 inquiridos afirmam ter conhecido ou obtido informação sobre Património nesta instituição), seguido por um “mix” de fontes (18 afirmam que a informação chegou por várias fontes) – internet/redes sociais (4), comunicação social (2), jornais locais (1), panfletos informativos (2) e roteiros turísticos (2). A nível museológico, quando questionados sobre “Em quantos Museus em Estremoz podes ver materiais arqueológicos?” os estudantes mostraram-se bastante “esperançosos”, sendo que 23 responderam que se podiam ver num único museu, seguindo-se os que responderam dois museus (19), somente quatro inquiridos conheciam o facto de que em nenhum espaço museológico em Estremoz podem observar peças arqueológicas. De forma geral todos reconheciam a importância da História e Património, bem como a sua inserção e utilização nas actividades lectivas e a sua importância enquanto factor atractivo a nível turístico. As últimas questões relacionavam-se com a visão dos estudantes em torno de possíveis melhorias na divulgação e actividades culturais, onde se verifica um reconhecimento da falha na divulgação (reconhecido por 33 dos inquiridos), onde um dos inquiridos afirma mesmo que não vê divulgação. As sugestões de melhorias passam pela organização de mais visitas (17 respostas) e divulgação junto das escolas (4) ou uma combinação entre mais visitas e mais e melhor sinalética (9 respostas).

Por fim questionámos os jovens sobre se gostariam de ver mais actividades e conhecer mais sobre a Arqueologia no geral e a Arqueologia em Estremoz, apenas um demonstrou que não estaria interessado, mas 49 mostraram grande vontade, deixando ainda cometários que vêm a Arqueologia como um ponto de interesse e curiosidade. É neste âmbito de 49 alunos que a Arqueologia pode “entrar”, cativando pela forte componente ilustrativa e imaginativa, sem

deixar de fornecer dados concretos, correctos e científicos que permitem fazer uma simbiose útil para os jovens e para a própria Arqueologia em si que carece de novos olhos e, acima de tudo, novas teorias que renovem os quadros teóricos.

4. Conclusão

Apresentar conclusões sobre um trabalho com uma forte componente Humana é um exercício que, a longo prazo, pode alterar-se de forma total, já que a volatilidade e capacidade de adaptação das comunidades é extremamente grande. Neste caso concreto essas conclusões passam, acima de tudo, por identificação de problemas e recomendações para relações mais proveitosas e maximizadoras dos recursos financeiros, humanos, culturais e patrimoniais.

Um dos primeiros pontos a frisar é a postura cómoda que ambas as instituições – Câmara Municipal de Estremoz e Escola Secundária Rainha Santa Isabel – apresentam, se bem que no caso da escola os problemas estejam reconhecidos e se prendam, essencialmente, com a falta de tempo curricular para poder aprofundar os temas relacionados com o Património local. Ora esta postura vai fazer-se sentir a nível da comunicação entre estes organismos, onde as falhas e os interesses parecem alterados ou, em certa medida, esquecidos – no caso do envio da informação e divulgação do Património do concelho que gere, frisamos aqui o seu Património, a Câmara apresenta um papel inerte que só é quebrado a pedido da escola ou de outra instituição, quando seria de seu interesse máximo estimular outras entidades, ou pessoas singulares, enviando-lhes informações actualizadas e desafios que fizessem germinar e florescer uma panóplia de actividades em torno do Património. A falta de comunicação e articulação entre ambas as instituições deve ser quebrada de forma mais recorrente, já que a união destas em torno de um objectivo comum, trás resultados fortuitos e inclusivos da comunidade estremocense – o caso da Feira Medieval em Estremoz.

A nível camarário, a falta de um plano estratégico que tenha em conta o Património Arqueológico é, sem sombra de dúvidas, o principal problema que conseguimos identificar com o presente trabalho. Um ciclo de desvalorização deste tipo de realidades culminou com o apagar da Arqueologia do Museu Municipal que, mesmo tendo uma forte componente etnográfica e ilustrativa da vida no campo e da produção de Bonecos de Estremoz, não devia de todo deixar a realidade arqueológica excluída, sem a qual o Museu deixa de poder afirmar autenticidade, raridade e até validação histórica – uma das principais componentes da Museologia actual. Com a contractação da arqueóloga Rita Laranjo esperamos que este ciclo seja travado e que o Património arqueológico ganhe outro folgo e “*aspecto*” – recordamos aqui o caso da Villa Lusitano Romana de Santa Vitória do Ameixial que se apresenta em estado quase deplorável e de total abandono cuja valorização e salvaguarda devia ser uma preocupação do município, e não só da Arqueóloga, mesmo sendo este um Monumento Nacional e encontrando-se sobre gestão da actual Direcção-Geral do Património Cultural.

Outro dos problemas que pode ser apontado à câmara é a falta de uma rede de gestão das intervenções no concelho, de uma leitura integrada e centralizada do território e dos dados arqueológicos – sejam eles registos das intervenções ou peças arqueológicas. Neste trabalho somente conseguimos encontrar 10 intervenções que se enquadram na dita Arqueologia urbana, um número que, mesmo podendo vir a aumentar, é reduzido quando comparado com outros locais, sendo este o momento certo para proceder a um trabalho de centralização e correcta gestão de dados e espólios. Com esta medida, a divulgação junto da comunidade, a utilização das publicações científicas e o aproveitamento das intervenções enquanto mote

para debates e partilha de informações ficaria muito mais facilitada, aumentando assim o número de curiosos e pessoas informadas que ganhariam não só um cuidado especial para com o Património, mas se sentiriam muito mais integrados e pertencentes à sua terra.

A Escola Rainha Santa Isabel apresenta também uma grande margem de evolução e progressão, especialmente no que se reporta à falta de uma efectiva política estruturadora do ensino para o Património local. Caso essas normativas sejam criadas e aplicadas, o impacto que a escola tem enquanto agente de divulgação cultural, vai atingir níveis ainda mais expressivos do que os que actualmente apresenta – sendo de referir que, mesmo assim, a escola tem um papel totalmente fulcral na valorização, através da divulgação, do Património de Estremoz – dando aos alunos um conjunto adicional de ferramentas que os vai fazer ter outra percepção do mundo e da realidade em que estão inseridos. Esta recomendação vai de encontro a uma necessidade encontrada nas respostas dadas pelos alunos, aos inquiridos, sendo que estes apresentam um desconhecimento generalizado do significado da palavra Património, das várias “*facetas*” que este pode adquirir e, acima de tudo, um desconhecimento do Património local – apesar destes dados, foi ainda interessante verificar que os alunos apresentam uma certa sensibilidade para estas problemáticas que devia ser explorada e aprofundada, à qual se pode somar uma vontade de conhecer mais sobre as técnicas, métodos, práticas e teorias relacionadas com a Arqueologia enquanto ciência social/humana.

Para finalizar, respondendo a uma das questões estruturantes do presente trabalho, foi possível confirmar que em Estremoz se pode falar de um Arqueologia Urbana nos moldes contemporâneos, com paralelos em grandes núcleos urbanos. É certo que o volume de intervenções é reduzido, o próprio impacto na comunidade e no quotidiano da cidade é mínimo, não deixando de ser curioso ver que o envolvimento e curiosidade da população é mais sentido e notório neste “*meio urbano*” que apresenta grandes traços de uma comunidade de características “*rurais alentejanas*”. Os ritmos são diferentes mas é neste tipo de contextos que a Arqueologia pode, e deve, explorar e testar as suas relações e técnicas de divulgação para com as pessoas fora do ciclo arqueológico. É neste tipo de realidades em que as linguagens devem confluir em torno de um objectivo maior – a divulgação e valorização do Património arqueológico, em intrínseca relação com a valorização e reconhecimento social da Arqueologia e do Arqueólogo, que deve combater os erros científicos e a imagem “*descuidada*” pela qual é conhecido.

AGRADECIMENTOS

O trabalho não poderia ter sido concluído sem a colaboração e disponibilidade do conjunto de pessoas e instituições a ele afectas. Um especial agradecimento à Arqueóloga Rita Laranjo e ao Director José Salema que, desde cedo, se mostraram disponíveis e apresentaram uma postura proactiva muito necessária nos dias de hoje. Às instituições por detrás de ambos os entrevistados, a Câmara Municipal de Estremoz e à Escola Secundária Rainha Santa Isabel. À Associação de Estudantes, nas pessoas de Nuno Xarepe e Ana Beatriz Basílio e aos próprios alunos da escola. À Professora Doutora Ana Margarida Arruda, pelo apoio prestado no desenvolvimento do trabalho.

BIBLIOGRAFIA

BERNARDES, P. – **Arqueologia Urbana e Ambientes Virtuais: Um sistema para Bracara Augusta**. 2002. Dissertação de Mestrado entregue ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. 110 p.

CARNEIRO, A. - **Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana: Vectores estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia**. 2011. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Évora. Évora.

CARVALHO, J.; FALÉ, P. – **Indicadores geológicos e ambientais para o ordenamento da actividade extractiva: o caso do anticlinal de Estremoz (Portugal)**. 5º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia. Maputo. 2008, p. 2-4.

CHAVES, L. (1916) – Estudos Lusitano-Romanos: A Villa de Santa Vitória do Ameixial (Concelho de Estremoz) Escavações de 1915-1916. In **O Archeólogo Português**. Lisboa. 1916, p. 14-117.

FABIÃO, C. - Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa. In **Penélope**. 13, 1994, p. 147-162.

FUNARI, P.; POLONI, R. – Arqueologia Urbana: Trajetória e perspectivas. In **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Arquivo Histórico de São Paulo. 205, 2014, p. 137-154.

GOMES, S.; MACEDO, M.; BRAZUNA, S. – Apresentação dos Trabalhos Arqueológicos de 1997 na Villa de Santa Vitória do Ameixial. In **Apontamentos de Arqueologia e Património**. Lisboa: Era Arqueologia/Colibri. 2000, p. 52-67.

LARANJO, R. – **Carta Arqueológica do Concelho de Estremoz: da época romana à época moderna**. 2014. Dissertação de Mestrado entregue à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 718 p.

MARTINS, R.; LOPES, L.; FALÉ, P.; PASSOS, J.; BILOU, F.; BRANCO, M.; PEREIRA, M. – Rota do Património Industrial do Anticlinal de Estremoz. In **Relatório do projecto “Rutas minerales de Iberoamérica y Ordenación Territorial”**.

OLAIO, A.; ANGEJA, P.; PEREIRA, A.; SÁ-NOGUEIRA, G.; TEXUGO, A. – Actividade Arqueológica e Divulgação do Património em Santarém. In **Apontamentos de Arqueologia e Património**. Lisboa: ERA Arqueologia/Núcleo de Investigação. 10, 2015, p. 83-89.

VALE, M. - **Os engenheiros militares no planeamento das cidades: entre a restauração e D. João V, 1640-1750**. 2007. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.

VERMELHO, J. - A memória de Estremoz. Ainda alguns considerandos sobre a fundação do Burgo. In **Brados do Alentejo**. Estremoz. nº 9, 25-03-1983.

BASÍLIO, A. C. (Entrevistador); LARANJO, R. (Entrevistado) (Dezembro de 2015) - **Entrevista Pessoal, realizada via e-mail, à Arqueóloga da Câmara Municipal de Estremoz, Rita Laranjo**.

BASÍLIO, A. C. (Entrevistador); SALEMA, J. (Entrevistado) (Dezembro de 2015) - **Entrevista Pessoal, realizada via e-mail, ao Director da Escola Secundária Rainha Santa Isabel em Estremoz, José Sale**.

Plano Director Municipal da Câmara Municipal de Estremoz elaborado em Maio de 2015 [Disponível para consulta em pdm.estremoz.pt].